

O BANESTÃO

Orgão de divulgação dos funcionários do BANESTES - Editado pelo Sindicato dos Bancários-ES/CUT - Presidente: Carlos Pereira de Araújo
Diretora de Imprensa: Marilza Speroto - Jornalista responsável: Sueli de Freitas (MTb: 537/92) - Diagramação: Jorge Luiz (MTb 041/96) - Agosto/2004

PEC do Banestes: vamos coletar 43 mil assinaturas

Samuel Vieira

O Comitê em Defesa do Banestes Público, sob a coordenação do Sindicato dos Bancários, está lançando a campanha para a coleta de 43 mil 791 assinaturas para a Proposta de Emenda Constitucional de iniciativa popular que restabelece o texto da Constituição garantindo ao Estado o controle acionário do Banestes.

O resgate do texto da Constituição Estadual é a única forma de manter o banco público e acabar, definitivamente, com o fantasma da privatização. Isso porque no governo José Ignácio a Constituição foi alterada para permitir a privatização do Banestes. O compromisso assumido pelo então candidato a governador Paulo Hartung de enviar mensagem à Assembléia Legislativa para desfazer o ato de José Ignácio ainda não foi cumprido. Com isso, a proposta de vender o banco pode, a qualquer momento, ser retomada.

A apresentação da PEC de iniciativa popular é a resposta dos capixabas diante do abandono do compromisso pelo governador Paulo Hartung. Esse é um mecanismo legal que permite aos eleitores se organizarem para encaminhar projetos à Assembléia Legislativa.

A campanha pela coleta de assinaturas já está nas ruas. A estratégia é buscar, no mínimo 2% do eleitorado de cada município. Esse trabalho deve envolver cada bancário, familiares e amigos. "Vamos intensificar as ações em defesa do Banestes, fortalecendo o movimento que já acumulou várias vitórias", disse o presidente do Sindicato e coordenador do Comitê, Carlos Pereira de Araújo (Carlão).



Se o governador não o fez, nós vamos acabar com o fantasma da privatização

Congresso dos Funcionários discute:

"O banco público que o Espírito Santo precisa"

"O banco público que o Espírito Santo precisa". Esse é o tema central do 8º Congresso dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes, que vai acontecer de 17 a 19 de setembro, no Hotel Praia Sol, em Nova Almeida, no município da Serra.

Confira detalhes na **página 3**.

Instados que somos pelo Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, na condição de pré-candidatos ao governo do Estado do Espírito Santo, a nos posicionar sobre uma eventual privatização do BANESTES no próximo governo, temos a declarar:

- O BANESTES, sob o controle acionário do Estado, é uma das mais importantes ferramentas que um governo precisa para potencializar o desenvolvimento regional, com justiça social e distribuição de renda;
- A eventual privatização do BANESTES trará graves e sérios prejuízos ao conjunto dos capixabas, que ficarão sem uma instituição que interiorize e diversifique o crédito como política estadual de desenvolvimento econômico; aos empregados do Banco, que por certo perderão seus postos de trabalho; e, especialmente, às populações de sessenta e duas localidades atendidas exclusivamente pelo BANESTES.

Por esses e tantos outros motivos, caso um de nós seja eleito governador do Estado, nos comprometemos a:

- Assegurar o controle acionário (mínimo de 51% das ações ordinárias) do Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES – conforme prevê hoje a Constituição Estadual;
- Suspender um eventual processo de privatização do Banco, caso o atual governo consiga alterar a Constituição e dar início ao processo de privatização;
- Enviar, logo no início do mandato, mensagem à Assembléia Legislativa recuperando o texto original da Constituição de 1989, assegurando que o Sistema Financeiro Estadual do Espírito Santo permanecerá público, caso o atual governo tenha conseguido excluir essa garantia do texto constitucional.

Vitória (ES), 17 de janeiro de 2002

JOÃO CARLOS COSER (PT)

MAX DE FREITAS MAURO (PTB)

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES (PSB)

PLR é direito dos bancários

Fotos: Sérgio Cardoso

O Sindicato dos Bancários entrou com embargo de declaração na 7ª Vara do Trabalho de Vitória contra a decisão da juíza Ângela Baptista Balliana Kock, que julgou improcedente a ação de cumprimento da Convenção Coletiva da PLR 2003 ajuizada pela entidade contra o Banestes.

O embargo é um instrumento usado quando a sentença tem contradição, omissão ou obscuridade. Segundo o advogado Esmeraldo Ramacciotti, a juíza deixou de considerar alguns dispositivos legais na sua sentença. “O artigo 620 da CLT, por exemplo, diz que existindo convenção coletiva e acordo coletivo, prevalece o mais benéfico para o trabalhador”, explicou ele.

A luta do Sindicato é pelo direito dos bancários dos Banestes à participação nos lucros e resultados negociada nacionalmente. A Convenção prevê a distribuição de até 15% do lucro líquido das instituições financeiras para pagamento de 80% das verbas salariais mais um valor fixo de R\$



Carlão: “A Convenção Nacional da PLR vale para toda a categoria e disso não abrimos mão”

650,00 para cada bancário.

Ao contrário de seguir esse cálculo, o Banestes subtraiu do lucro de R\$ 32 milhões de 2003 o prejuízo de R\$ 20 milhões registrado em 2002. Dos R\$ 12 milhões restantes, o banco destinou apenas

algo em torno de 10% (R\$ 1.266.609,74) para distribuição aos funcionários. A proposta da direção do Banestes é a distribuição de um valor fixo de R\$ 180,00 mais 22,25% sobre a renda mensal de dezembro de 2003 de cada

empregado.

O presidente do Sindicato, Carlos Pereira de Araújo (Carlão), lembra que a Convenção Nacional da PLR abrange a categoria em todo o país e disso os bancários não abrem mão.

Ação cobra efetivação de caixas

Para garantir o direito dos caixas eventuais que não foram efetivados, apesar de estarem exercendo a função há anos sem receber a devida comissão, o Sindicato entrou com ação na Justiça cobrando o cumprimento da cláusula do Acordo Coletivo 2003 que trata do assunto. No processo de efetivação iniciado em fevereiro, o banco deixou de fora funcionários que atendem a todos os critérios previstos no Acordo.

O processo está correndo na

1ª Vara do Trabalho de Vitória. O Sindicato apresentou no início de agosto uma relação com os nomes de funcionários que têm direito à efetivação. Na lista tem gente que está na condição de eventual há até oito anos. “O banco alega que não há vagas, mas, o contrato-realidade, ou seja, a situação real, mostra o contrário”, diz o advogado do Sindicato Esmeraldo Ramacciotti. Na ação, o Sindicato alega a supressão de vagas no levantamento feito pelo banco.

Banestes deve equiparação para gerente de relacionamento

A equiparação salarial entre os gerentes de relacionamento e de negócios é uma dívida do Banestes com os bancários. Apesar de terem as mesmas atribuições, o gerente de negócios ganha R\$ 1.491,30 e o gerente de relacionamento R\$ 940,24. O Sindicato vai marcar uma reunião com esses gerentes para discutir ações visando cobrar a equiparação.

Segundo André Sabino (foto), diretor do Sindicato e conselheiro representante dos funcionários no Conselho de Administração do banco, a função de gerente de relacionamento foi criada em 1998. “As atribuições são as mesmas, mas a comissão é inferior. É preciso que o banco corrija essa distorção”, afirmou.



Controle de jornada e dois turnos são as reivindicações

O controle da jornada nas agências do Banestes é necessário para inibir a sobrecarga de trabalho e forçar o pagamento das horas extras, tão comuns atualmente. A direção do banco vem falando na implantação do sistema de ponto eletrônico, mas sem anunciar prazo para efetivação da medida.

Paralelamente ao controle da jornada, uma reivindicação histórica do movimento sindical é a ampliação do horário de atendimento ao público, para o período das 8 às 18 horas, e criação de dois turnos de trabalho. Essa medida garantiria novos empregos, o fim das horas extras e melhores condições de trabalho, sem prejuízo para a jornada de seis horas.

Hoje muitos bancários trabalham das 10 às 16 horas, com

15 minutos para descanso. O horário de atendimento ao público estabelecido pelo Banco Central obriga o bancário a utilizar os 15 minutos para lanche ou até almoço. Os bancos, interessados em au-

mentar a carga horária do bancário, também fazem negociações informais de fracionamento da jornada, estendendo o horário de almoço do bancário para que ele trabalhe por mais tempo ao final do dia, o que é ilegal e contraria a lei das seis horas.

“Até que sejam criados os dois turnos, o ajuste proposto pelo Sindicato é que os comissionados, que trabalham 8 horas por dia, façam

o atendimento ao público das 10 às 12 horas e os funcionários que têm carga de seis horas trabalhem a partir do meio-dia”, sugere a diretora da Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato, Bernadeth Martins.



“A realidade nas agências é a sobrecarga de trabalho. É raro alguém sair no horário.”

Jessé Alvarenga - caixa em Cobilândia e diretor do Sindicato

Bancários discutem “O banco público que o ES precisa”

O 8º Congresso dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes vai acontecer de 17 a 19 de setembro, no Hotel Praia Sol, em Nova Almeida, no município da Serra, e terá como tema “O banco público que o Espírito Santo precisa”.

Além de preparar a mobilização para garantir a aprovação na Assembléia Legislativa de uma emenda constitucional de iniciativa popular que assegure ao Estado o controle acionário do Banestes, os bancários vão debater durante o Congresso temas relacionados à saúde, às condições de trabalho e à Campanha Salarial – pendências do Acordo Coletivo de 2003 e reivindicações deste ano.

Papel do banco

“O debate sobre o papel do Banestes passa por duas questões centrais. Uma delas é o fortalecimento do seu maior ativo, que são os funcionários. A partir daí, o banco terá condições de desenvolver todo seu potencial de agente de fomento agrícola, na área de microcrédito, de mãos dadas com as políticas públicas”, afirmou o diretor do Sindicato e conselheiro representante dos empregados no Conselho de Administração do Banestes, André Sabino.

Na avaliação do presidente do Sindicato, Carlos Pereira de Araújo (Carlão), o Banestes tem a função de levar o desenvolvimento a todos os municípios do Estado. “É no Banestes que os pequenos e micro empresários e produtores rurais buscam crédito. É no Banestes que grande parte dos capixabas guarda suas economias. A democratização do crédito traz o desenvolvimento para o Estado, e desse papel o Banestes não pode abrir mão”, disse ele.

8º Congresso dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes

O banco público que o Espírito Santo precisa

17, 18 e 19 de setembro/2004
Hotel Praia Sol
(Nova Almeida - Serra - ES)

BANESTES
DEFINITIVAMENTE PÚBLICO

10 ANOS

Audiências nas câmaras municipais divulgam PEC do Banestes

No dia 26 de agosto o Comitê em Defesa do Banestes dará início às audiências da campanha Banestes Definitivamente Público, para divulgação e coleta de assinaturas para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de iniciativa popular que resgata o texto da Constituição Estadual que impede a privatização.

A primeira audiência pública será na Câmara de Cachoeiro de Itapemirim, no dia 26 de agosto, às 16 horas. Em Colatina a audiência será no dia 30 de agosto, às 19h30, e na Câmara de Vitória está marcada para o dia 13 de setembro, às 18 horas. O Sindicato, coordenador do Comitê, também está agendando reuniões nos outros municípios da Grande Vitória e em Linhares.

Estão sendo convidados a participar vereadores e candidatos às câmaras municipais, o prefeito de cada município e os candidatos ao Executivo Municipal, lideranças comunitárias e a população em geral.



A primeira audiência vai acontecer em Cachoeiro, no dia 26 de agosto

Comitê propõe compromisso público

Os candidatos a prefeito dos setenta e oito municípios do Espírito Santo também estão sendo convocados pelo Comitê em Defesa do Banestes Público a se manifestarem sobre o apoio à PEC que impede a privatização do banco. No Compromisso Público proposto pelo Comitê, os candidatos se comprometem a assinar a PEC de iniciativa popular e fazer gestões junto aos deputados estaduais visando à aprovação dessa ou de qualquer outra emenda à Constituição com esse mesmo conteúdo, bem como a buscar o fortalecimento do Banestes nos municípios.

O documento ressalta a importância do Banestes como agente de fomento do desenvolvimento regional e de geração de emprego e renda.



“A presença dos colegas do Sul do Estado é importantíssima nessa audiência, assim como a mobilização para a coleta de assinaturas para a PEC. O movimento feito em 2002, que contou com a participação em peso dos bancários de Cachoeiro e região, impediu a privatização. Agora temos que afastar definitivamente a ameaça de venda do banco”.

Marco Antônio R. de Oliveira (Marquinhos) - diretor da subseção de Cachoeiro



“Estamos fazendo contato com entidades, igrejas e convidando todos os segmentos da sociedade de Colatina para essa audiência. Nossa intenção é envolver todo o Norte do Estado na campanha de coleta de assinaturas para a PEC de iniciativa popular”.

Norma Helena Tessarollo Ribeiro - diretora da subseção de Colatina



Os bancários paralisaram o CPD Banestes no dia 12 de agosto, das 7 às 10 horas

Paralisações marcam Campanha no Banestes

Fotos: Sérgio Cardoso

O Banestes não garantiu o cumprimento da Convenção Coletiva Nacional nem avançou nas cláusulas específicas; o clima é de greve

Em três rodadas de negociação da Campanha Salarial 2004 a direção do Banestes ainda não garantiu o cumprimento da Convenção Coletiva que for firmada entre a Executiva Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), nem avançou nas negociações dos itens específicos. Os bancários vêm realizando paralisações e podem deflagrar greve. “A insatisfação, que já era grande por conta das pendências do ano passado que o banco não soluciona, está crescendo. Estamos preparados para a deflagração de uma greve a qualquer momento”, disse o diretor do Sindicato Flávio Teixeira após a paralisação no CPD Banestes realizada no dia 12 de agosto, das 7 às 10 horas. No dia 15 de julho, a paralisação por duas horas foi na agência Banestes de Vila Velha.

No ano passado, a apresentação do índice de reajuste de 12,6%

– embora não tenha contemplado de imediato todas as faixas salariais – só aconteceu após as paralisações e manifestações realizadas nas agências. “Seria melhor não termos que recorrer à greve novamente, mas devido à intransigência do banco estamos caminhando para isso”, disse Flávio.

Os bancários querem o cumprimento da Convenção Coletiva Nacional da categoria, com reposição das perdas específicas acumuladas desde 1994 e pagamento de 3,99% a título de produtividade, o que dá um total de 42,87% de reajuste, além de outras reivindicações específicas. Também querem a resolução das pendências do Acordo Coletivo 2003 – extensão do reajuste de 12,6% para todos os funcionários, pagamento da PLR conforme Convenção Nacional, implantação do Projeto Socioeconômico e efetivação de todos os caixas eventuais que cumprem os critérios



Flávio Teixeira: “Estamos caminhando para a greve”

estabelecidos pelo banco.

A expectativa dos funcionários era que o novo presidente do banco, Ranieri Feres Doellinger, apresentasse proposta para resolver as pendências. “O que se viu, no entanto, foi a continuidade da política de arrocho e desrespeito aos funcionários”, avaliou Flávio.

A pauta específica foi discutida no Encontro Estadual dos Bancários do Banestes realizado no dia

12 de junho, em Vitória. Outras deliberações do encontro foram: repouso de 15 minutos para digitadores; criação de comissão formada por empregados, diretores do Sindicato e representantes do banco para propor ações de prevenção das doenças relacionadas ao trabalho e de reabilitação dos adoecidos; eleição para todos os cargos das CIPAS e eleição de representantes sindicais nas unidades do banco.



As reivindicações específicas foram discutidas no Encontro dos Bancários do Banestes, realizado em 12 de junho